PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. CELSO RUSSOMANNO)

Altera dispositivo da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a seguinte redação:

"IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 25.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)"
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição é adequar o inciso IV do art. 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), à realidade dos vários rincões do País, pois cidades do porte que aqui tomamos como referência mínima, isto é, com 25 mil habitantes, seguramente já apresentam muitos problemas análogos aos que ocorrem em cidade de maior porte, exigindo que os integrantes das guardas municipais, não só para o

cumprimento das atribuições que lhes são constitucionalmente destinadas, mas também para a sua segurança pessoal, portem armas de fogo.

O Poder Público não pode negar o porte de armas de fogo àqueles que estão na execução de atividades em favor do patrimônio e dos serviços públicos, como acontece aos guardas municipais.

Em que pese as restrições para que os guardas municipais atuem diretamente em ações de segurança pública, não se pode perder de vista que, constitucionalmente, “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, e que, no curso da missão que desempenham, poderão estar diante de situações em que a flagrância de um delito poderá deles exigir alguma atuação nesse sentido.

Eis as razões que nos levam a apresentar este Projeto de Lei.

Na certeza de que a nossa iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para o ordenamento jurídico federal, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **CELSO RUSSOMANNO**